

## Sumário

### ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

- É possível que o Poder Judiciário se imiscua em qualquer seara?*  
Fábio Rubem David Müzel ..... 15
- A troca de informações fiscais e o seu reflexo nos direitos fundamentais*  
Regiane Wrobel Duarte ..... 33
- Da penhora “on-line” na execução fiscal e do crime de abuso de autoridade (art. 36 da Lei nº 13.869/2019)*  
Rodrigo Fernandes Lobo da Silva ..... 55
- A tributação como mecanismo de proteção ambiental: direito tributário ambiental*  
Patrícia Canton ..... 73

### JURISPRUDÊNCIA

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

- ECT. Execução de contrato de permissão de exploração de agência de correio comercial. Irregularidades financeiras e não financeiras. Alegação de caso fortuito/força maior. Inexistência de ilegalidade na conduta da ECT, cuja atuação se deu em conformidade com o contrato de permissão.*  
Ag ApCiv 0012434-73.2016.4.03.6100  
Desembargador Federal Johansom Di Salvo ..... 91
- ANTT. Alienação de veículo. Multas posteriores à alienação. Anulação. Precedentes STJ.*  
ApCiv 5003415-28.2017.4.03.6130  
Desembargador Federal Marcelo Saraiva ..... 99
- Concurso público. Classificação. Reposicionamento ao final da lista de aprovados. Possibilidade. Ausência de prejuízo à administração e aos demais candidatos.*  
ApCiv 5002151-50.2019.4.03.6115  
Desembargador Federal Carlos Muta ..... 103

*FGTS. Pandemia da COVID-19. Liberação integral de valores da conta vinculada. Impossibilidade.*

ApCiv 5015811-25.2020.4.03.6100

Desembargador Federal Peixoto Junior .....106

*CRM. Processo ético-profissional. Cassação do direito de exercício profissional. Nulidade do processo por cerceamento de defesa. Inexistência.*

ApCiv 5022182-05.2020.4.03.6100

Desembargadora Federal Marli Ferreira ..... 112

## DIREITO CIVIL

*ECT. Locação de imóvel. Renovação. Revisão. Homologação do valor obtido em perícia. Honorários majorados.*

ApelRemNec 0021022-74.2013.4.03.6100

Desembargador Federal Valdeci dos Santos..... 121

## DIREITO CONSTITUCIONAL

*Estrangeiro. Refúgio. Pedido de transformação em caráter permanente. Decisão administrativa. Anulação. Ausência de intimação. Prejuízo ao interessado. Lei nº 9.784/1999. Aplicação. Princípio da publicidade e da transparência. Dever de observância pela administração.*

ApCiv 0000193-04.2015.4.03.6100

Desembargador Federal Nery Júnior.....129

*Direitos fundamentais. Interceptação telefônica. Divulgação indevida de conteúdo. Violação a limites constitucionais e legais. Exclusão de conteúdo indevido da rede mundial de computadores. Compensação por danos morais. Erro judiciário. Operação “lava jato”. Lesão a prerrogativas da advocacia e a direitos da personalidade do ofendido. Pertinência subjetiva dos provedores de conteúdo responsáveis.*

ApCiv 0008034-16.2016.4.03.6100

Desembargador Federal Hélio Nogueira .....134

*Assistência social. Benefício de prestação continuada ao idoso e à pessoa com deficiência. Análise da miserabilidade em conjunto com demais fatores. Impedimento de longo prazo incontroverso. Hipossuficiência econômica não demonstrada. Propriedade como meio de subsistência. Fonte de renda da família. Rendimentos suficientes para fazer frente aos gastos essenciais.*

ApCiv 5004230-53.2020.4.03.9999

Desembargador Federal Carlos Delgado ..... 155

*Saúde. Tratamento médico. Prestação de serviço público. Necessidade de realização de procedimento cirúrgico. Comprovação.*

ApCiv 5017166-70.2020.4.03.6100

Desembargador Federal André Nabarrete..... 166

*Liberdade do exercício profissional. Despachantes documentalistas. Registro no Conselho. Ausência de previsão legal sob a égide da Lei nº 10.602/2002. Exigência a partir da superveniência da Lei nº 14.282/2021.*

RemNecCiv 5003890-35.2021.4.03.6100

Desembargador Federal Paulo Domingues ..... 170

*Direito à educação. Pessoa portadora de deficiência física. Vestibular. Vaga. Laudo médico. Indicação da patologia. CID equivocado. Ponderação de direito fundamentação.*

AI 5015706-78.2021.4.03.0000

Desembargadora Federal Mônica Nobre ..... 174

## DIREITO PENAL

*Crime ambiental. Artigo 50-A da Lei nº 9.605/1998. Causa excludente de ilicitude. Área de assentamento rural. Desmatamento para sobrevivência. Receptação. Crime acessório.*

ApCrim 0000043-16.2013.4.03.6125

Desembargador Federal Nino Toldo ..... 181

*Dano qualificado. Ausência de provas acerca do teor do cântico proclamado pelo increpado em seu dialeto. Ataque perpetrado unicamente por terceiros. Tráfico transnacional de drogas. Impossibilidade de desclassificação.*

ApCrim 0001325-94.2018.4.03.6002

Desembargador Federal Fausto De Sanctis ..... 187

*Crime de contrabando. Máquinas caça-níqueis. Materialidade e autoria demonstradas. Dolo configurado. Dosimetria. Maus antecedentes. Redução da fração de exasperação da pena-base.*

ApCrim 5004967-64.2020.4.03.6181

Desembargador Federal José Lunardelli ..... 206

## DIREITO PREVIDENCIÁRIO

*Cumprimento de sentença. Benefício de outra natureza pago administrativamente. Dedução. Vedação de recebimento conjunto. Honorários advocatícios de sucumbência. Base de cálculo. Tema 1.050 do STJ. Benefício com termo inicial em data anterior à citação. Princípio da causalidade. Honorários fixados com base no valor da causa.*

ApCiv 0002493-35.2002.4.03.6183

Desembargador Federal Sérgio Nascimento ..... 219

*Aposentadoria por tempo de contribuição. Agentes físicos e químicos. Natureza especial das atividades laboradas reconhecida. Possibilidade de conversão do tempo especial em comum mediante aplicação do fator previsto na legislação. Tempo de contribuição, carência e qualidade de segurado comprovados.*

ApCiv 0001661-43.2010.4.03.6111

Desembargador Federal Nelson Porfírio ..... 222

*Pensão por morte. Concessão em favor da companheira. União estável não demonstrada. Aplicação tema nº 526 do STF. Impossibilidade de rateio de benefício.*

ApCiv 0007725-65.2013.4.03.6143  
Desembargadora Federal Inês Virgínia ..... 229

*Aposentadoria por tempo de contribuição. Policial militar. Atividade especial. Ilegitimidade passiva do INSS. Verba honorária.*

ApelRemNec 0002460-66.2014.4.03.6331  
Desembargador Federal Newton De Lucca ..... 232

*Benefício por incapacidade. Laudo pericial subscrito por profissional fisioterapeuta. Anulação da sentença.*

ApCiv 0000560-28.2015.4.03.6003  
Desembargadora Federal Therezinha Cazerta .....237

*Auxílio-reclusão. Não preenchimento dos requisitos legais. Qualidade de dependente. União estável.*

ApCiv 0002429-89.2016.4.03.6003  
Desembargador Federal Luiz Stefanini ..... 240

*Pensão por morte. Prorrogação do período de graça. Exercício de trabalho autônomo. Não demonstrado o desemprego. Perda da qualidade de segurado. Benefício indevido.*

ApCiv 5010877-37.2018.4.03.6183  
Juiz Federal Convocado Nilson Lopes ..... 244

*Pensão por morte. Menor sob guarda. Preenchidos requisitos para a concessão do benefício.*

ApCiv 5003988-33.2019.4.03.6183  
Desembargador Federal Toru Yamamoto ..... 248

*Mandado de Segurança. Prova de vida. Período de pandemia da covid-19. Restabelecimento do benefício.*

ApCiv 5002951-47.2020.4.03.6114  
Desembargador Federal Baptista Pereira ..... 251

*Salário-maternidade. Trabalhador rural. Prova do exercício de labor rural durante o período de carência. Ausência de início de prova material. Insuficiência da prova testemunhal.*

ApCiv 5182951-27.2020.4.03.9999  
Juiz Federal Convocado Marcelo Guerra ..... 254

*Atividade de digitador ou recepcionista em instituição de saúde. Atividade especial não caracterizada*

ApCiv 5152169-03.2021.4.03.9999  
Desembargador Federal David Dantas ..... 258

*Aposentadoria por invalidez. Revisão. Acréscimo de 25% sobre o valor do benefício. Necessidade de assistência permanente. Prescrição quinquenal. Inocorrência.*

ApCiv 5152671-39.2021.4.03.9999

Desembargadora Federal Leila Paiva ..... 263

*Pensão por morte. Lei nº 13.135/2015. Restabelecimento do benefício pago administrativamente pelo período de quatro meses. União estável seguida de casamento comprovada. Período de convivência superior a dois anos.*

ApCiv 5170479-57.2021.4.03.9999

Desembargadora Federal Daldice Santana..... 268

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

*Agravo Interno. Negativa de seguimento. Julgado em consonância com entendimento firmado em sede de repercussão geral. Temas 339 e 660 do STF.*

Ag RE ApCiv 0026558-95.2015.4.03.6100

Desembargadora Federal Consuelo Yoshida .....274

*Propriedade industrial. Marca “Bendita Cafeína”. Oposição administrativa intempestiva. Direito à apreciação judicial da validade da marca. Marca criada e utilizada pela autora. Ré que requereu e obteve registro da marca. Nulidade.*

ApCiv 5005890-80.2018.4.03.6110

Desembargador Federal Wilson Zauhy .....278

*Ação Civil Pública. Execução individual. Revisão de benefício previdenciário. Óbito do titular antes da propositura da ação coletiva. Cobrança de atrasados pelos sucessores. Ilegitimidade ativa “ad causam” configurada.*

AI 5011115-10.2020.4.03.0000

Juíza Federal Convocada Mônica Bonavina..... 289

*Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Necessidade de apresentação de diploma no ato de inscrição no REVALIDA. Questão de direito. Multiplicidade de ações. Controvérsia verificada. Risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica. Admissibilidade. Suspensão dos processos judiciais em curso na Justiça Federal da Terceira Região. Ressalva de apreciação das medidas urgentes. IRDR admitido.*

IRDR 5016497-47.2021.4.03.0000

Desembargador Federal Antonio Cedenho..... 292

*Execução de sentença. Certidão de habilitação de advogado. Necessidade de procuração específica. Resolução nº 458/2017 do CJF.*

AI 5017023-14.2021.4.03.0000

Desembargador Federal Gilberto Jordan .....300

*Execução de título extrajudicial. Citação editalícia. Ausência de esgotamento das tentativas de localização da parte.*

AI 5028058-68.2021.4.03.0000

Desembargador Federal Carlos Francisco ..... 303

*Conflito Negativo de Competência entre Turmas integrantes da Segunda e Terceira Seções. Interpretação da Lei nº 14.151/2021. Trabalho presencial. Afastamento de empregadas gestantes. Possibilidade de pagamento de salário-maternidade. Recolhimento de contribuição previdenciária. Compensação. Matéria de direito público. Competência das Turmas da Segunda Seção.*

CCCV 5028195-50.2021.4.03.0000

Desembargadora Federal Marisa Santos ..... 308

#### DIREITO PROCESSUAL PENAL

*Recurso em Sentido Estrito. Crime contra telecomunicações. Artigo 183 da Lei nº 9.472/1997. Decisão denegatória de “Habeas Corpus”. Trancamento de inquéritos policiais. Requisição do Procurador da República. Autoridade coatora. Ilegitimidade passiva. Artigo 28-A do CPP. Acordo de não persecução penal. Ausência de interesse de agir.*

ReSe 5008922-61.2021.4.03.6119

Desembargador Federal Maurício Kato ..... 317

*Mandado de Segurança. Medida acautelatória de sequestro de bens. Cabimento. Liberação. Impossibilidade. Ordem denegada.*

MSCrim 5028151-31.2021.4.03.0000

Desembargador Federal Paulo Fontes ..... 321

*“Habeas Corpus”. Prisão preventiva. Covid-19. Recomendação nº 62/2020 do CNJ. Crime cometido sem violência ou grave ameaça. Paciente de 18 anos de idade. Primária. Imposição de medidas cautelares alternativas à prisão.*

HCCrim 5002169-78.2022.4.03.0000

Desembargador Federal André Nekatschalow ..... 328

#### DIREITO TRIBUTÁRIO

*Contribuição previdenciária. Juízo de retratação. Terço constitucional de férias. Tema 985 - repercussão geral. Constitucionalidade da incidência de contribuição previdenciária.*

Ag ApelRemNec 0003617-70.2014.4.03.6106

Desembargador Federal Cotrim Guimarães ..... 341

*PIS. COFINS. Modulação dos efeitos do RE 574.706/PR. Inaplicabilidade ao ISSQN.*

Ag ApCiv 5005297-13.2020.4.03.6100

Desembargador Federal Souza Ribeiro ..... 343

*Execução Fiscal. Ação antecipatória de garantia ajuizada anteriormente. Prevenção reconhecida. Remessa ao juízo especializado.*

AI 5006974-11.2021.4.03.0000

Desembargador Federal Nelton dos Santos ..... 348

*Execução Fiscal. Anuidades de conselho profissional. Artigo 8º da Lei nº 12.514/2011. Ação ajuizada antes do advento da Lei nº 14.195/2021. Princípio do “tempus regit actum”. Não incidência da novel legislação. Limite de quatro anuidades superado. Prosseguimento da execução.*

AI 5026345-58.2021.4.03.0000

Desembargador Federal Mairan Maia .....353

## **SENTENÇAS**

*Embargos à Execução Fiscal. Exigência de débitos de IOF decorrentes de Auto de Infração. Empréstimo entre empresas coligadas.*

0005900-90.2018.4.03.6182

Juiz Federal Erik Gramstrup ..... 361

*Delitos previstos no artigo 55 da Lei nº 9.605/1998 em concurso formal com o artigo 2º da Lei nº 8.176/1991. Degradação ambiental às margens do rio Mogi Guaçu, dentro das poligonais de exploração de areia da empresa ré, que resultaram na supressão de vegetação em área de preservação permanente.*

0000049-28.2019.4.03.6120

Juiz Federal Márcio Cristiano Ebert .....375

*Execução Penal. Lei nº 13.445/2017. Decreto nº 9.199/2017. Tratado Sobre Transferência de Presos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão.*

0000101-24.2019.403.6120

Juíza Federal Carla Abrantkoski Rister..... 380

*Tutela declaratória. IPI. Creditamento escritural do IPI recolhido incidente sobre o bem “feltro”, adquirido como produto intermediário utilizado no processo de fabricação de papel. Apuração, escrituração e utilização de tais créditos conforme RIPI (Decreto nº 7.212/2010).*

5000823-90.2021.4.03.6123

Juiz Federal Fernando Henrique Corrêa Custodio ..... 399

*Desistência de plano de parcelamento fiscal, para adesão a outro, dito mais vantajoso. PERSE instituído pela Lei nº 14.148/2021.*

5001008-07.2021.403.6131

Juiz Federal Mauro Salles Ferreira Leite ..... 403

## **SÚMULAS**

*Súmulas do TRF da 3ª Região ..... 411*

*Súmulas da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região .....417*